



Congresso Nacional

MPV 575

00075

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|--------------|---|
| Data: | Proposição: MEDIDA PROVISÓRIA Nº 575, DE 7 DE AGOSTO DE 2012 |
|--------------|---|

| | |
|---|-------------------------|
| Autor: Deputado JERÔNIMO GOERGEN - PP/RS | Nº do Prontuário |
|---|-------------------------|

| | | | | | |
|-------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---|--|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> Supressiva | <input type="checkbox"/> Substitutiva | <input type="checkbox"/> Modificativa | <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva | <input type="checkbox"/> Substitutiva Global | <input type="checkbox"/> |
|-------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---|--|--------------------------|

| | | | | |
|----------------|-------------------|----------------|----------------|-------------|
| Artigo: | Parágrafo: | Inciso: | Alínea: | Pág. |
|----------------|-------------------|----------------|----------------|-------------|

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória n.º 575, de 7 de agosto de 2012, os seguintes dispositivos, onde couberem:

Art. "X" O artigo 8º da Lei n.º 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 8º.....

XII – as receitas decorrentes dos serviços prestados pelas sociedades de advogados regulamentadas pela Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Art. "XX" O artigo 10 da Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 10.....

XXVIII – as receitas decorrentes dos serviços prestados pelas sociedades de advogados regulamentadas pela Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Art. "XXX" Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - em relação aos arts. "X" e "XX", a partir de 1º de janeiro de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 14/08/2012 às 17h25
Matr.: 220842





Congresso Nacional

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|--------------|---|
| Data: | Proposição: MEDIDA PROVISÓRIA Nº 575, DE 7 DE AGOSTO DE 2012 |
|--------------|---|

| | |
|---|-------------------------|
| Autor: Deputado JERÔNIMO GOERGEN - PP/RS | Nº do Prontuário |
|---|-------------------------|

| | | | | | |
|-------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---|--|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> Supressiva | <input type="checkbox"/> Substitutiva | <input type="checkbox"/> Modificativa | <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva | <input type="checkbox"/> Substitutiva Global | <input type="checkbox"/> |
|-------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---|--|--------------------------|

| | | | | |
|----------------|-------------------|----------------|----------------|-------------|
| Artigo: | Parágrafo: | Inciso: | Alínea: | Pág. |
|----------------|-------------------|----------------|----------------|-------------|

JUSTIFICAÇÃO

A Câmara dos Deputados iniciou as discussões acerca deste tema nas MPs n.ºs 556/2011 e 559/2012, contudo, ao longo das tratativas governamentais, concluiu-se pela postergação desta alteração legislativa, com a produção de efeitos somente no próximo ano, a fim de observar os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal e conservar o equilíbrio das contas públicas em 2012.

Pela nossa legislação tributária, atualmente as sociedades de advogados submetidas ao lucro real são tributadas às alíquotas de 1,65% a título de Contribuição ao PIS/PASEP e 7,6% a título de Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social, resultando em 9,25% de PIS/COFINS a serem recolhidos no regime não cumulativo de recolhimento.

Contudo, ao contrário dos setores de indústria e comércio, as sociedades de advogados não possuem crédito e não geram crédito a ser compensado, visto que sua principal atividade é a prestação de serviços, tendo como insumo a mão de obra de seus profissionais.

Além desta clara distorção do ponto de vista tributário, a Lei n.º 8.906/1994 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil) veda aos advogados a prática mercantil, afastando suas atividades das práticas de comércio. Logo, esta categoria de profissionais não pode estar sujeita a uma legislação de PIS/COFINS que é específica para os setores de varejo e indústria, com a sistemática de aproveitamento de créditos da cadeia produtiva e comercial.

Paralelamente, o Brasil vivencia uma intensa invasão de escritórios estrangeiros de advocacia, que, ao se instalarem em nosso País, são tributados à alíquota de 3,65% a título de PIS/COFINS. Esta tributação ocorre pelo fato de que os escritórios estrangeiros montam estruturas de menor porte, enquadradas na tributação com base no lucro presumido, pagando 3,65% de PIS/COFINS.

[Assinatura]
187
MPV 575



Congresso Nacional

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|--------------|---|
| Data: | Proposição: MEDIDA PROVISÓRIA Nº 575, DE 7 DE AGOSTO DE 2012 |
|--------------|---|

| | |
|---|-------------------------|
| Autor: Deputado JERÔNIMO GOERGEN - PP/RS | Nº do Prontuário |
|---|-------------------------|

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☒ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐

| | | | | |
|----------------|-------------------|----------------|----------------|-------------|
| Artigo: | Parágrafo: | Inciso: | Alínea: | Pág. |
|----------------|-------------------|----------------|----------------|-------------|

O fato é que os estrangeiros concorrem diretamente com as sociedades brasileiras na prestação de serviços jurídicos, sendo que tais estrangeiros são tributados a 3,65% de PIS/COFINS, enquanto os brasileiros sofrem a carga de 9,25%, sem direito à compensação de créditos. Sem dúvida, estamos diante de uma nítida desigualdade de concorrência.

Por esta razão, a presente sugestão tem por objetivo fazer com que as sociedades de advogados paguem PIS/COFINS à alíquota de 3,65%, equiparando-as a outros prestadores de serviço, tais como hospitais, telemarketing, segurança e telecomunicações, para citar alguns exemplos abarcados pelo regime cumulativo de que tratam as Leis n.ºs 10.637/2002 e 10.833/2003.

Por todos esses motivos, esta emenda visa retornar as sociedades de advogados ao regime cumulativo de tributação, com a finalidade de eliminar distorções tributárias, equilibrar a concorrência e fortalecer o mercado jurídico nacional.

Assinatura:

